

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 26 de junho de 2014.

Edição nº 1455

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....	2
Editais.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....	4
Súmulas de contratos.....	5

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	6
---------------	---

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Editais.....	12
--------------	----

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

Editais.....	13
--------------	----



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º 280/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

NOMEAR

- pelo período de 01 (um) ano, a contar de 01 de junho de 2014, a Procuradora de Justiça, Dra. SUZANA SILVEIRA DA SILVA, para exercer as funções de Coordenadora da Procuradoria de Justiça Cível (Port. 2050/2014).
- pelo período de 01 (um) ano, a contar de 01 de junho de 2014, a Procuradora de Justiça, Dra. ELAINE FAYET LORENZON S-CHALY, para exercer as funções de Coordenadora Substituta da Procuradoria de Justiça Cível (Port. 2051/2014).
- pelo período de 01 (um) ano, a contar de 01 de junho de 2014, o Procurador de Justiça, Dr. LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI, para exercer as funções de Coordenador da Procuradoria de Justiça Criminal (Port. 2052/2014).
- pelo período de 01 (um) ano, a contar de 01 de junho de 2014, o Procurador de Justiça, Dr. IVAN SARAIVA MELGARÉ, para exercer as funções de Coordenador Substituto da Procuradoria de Justiça Criminal (Port. 2053/2014).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de junho de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
XLVI CONCURSO PARA INGRESSO À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL N.º 279/2014

CONVOCAÇÃO PARA POSSE

TORNO PÚBLICO que a Comissão de Concurso, dando continuidade ao XLVI Concurso para Ingresso à Carreira do Ministério Público, Edital nº 80/2012, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 10 de abril de 2012, **RESOLVE:**

- I. CONVOCAR todos os candidatos aprovados classificados a partir da 31ª posição para a cerimônia de nomeação e posse que ocorrerá no dia 15/08/2014**, às 17 horas, no Auditório Mondercil Paulo de Moraes, 3º andar, Torre Norte, Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, bem como **CONVOCAR** para comparecer no dia 18 de agosto de 2014, às 8h30min, no CEAF, Rua Fernando Machado nº 832, para o Curso de Integração de Novos Promotores de Justiça.
- II. COMUNICAR** que os candidatos habilitados à nomeação e posse comprovaram os três anos de atividade jurídica.
- III. TORNAR PÚBLICO** que, em razão do julgamento do Mandado de Segurança nº 70058084476, torna definitiva a classificação *sub judice* referida no Edital nº 103/2014, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 19 de março de 2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 24 de junho de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Secretária da Comissão do Concurso.

EDITAL N.º 333/2014 – PGJ

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EDUARDO DE LIMA VEIGA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei nº 7.669/82, cientifica os interessados que, por despacho, determi-



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 26 de junho de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1455

nou o arquivamento do Expediente Administrativo PR.00718.00062/2014-2.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de junho de 2014.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 334/2014 – PGJ

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EDUARDO DE LIMA VEIGA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei nº 7.669/82, científica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente Administrativo PR.00958.03680/2014-7.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de junho de 2014.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 335/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Luciano Augusto Clemente, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Pedro Osório promoveu o arquivamento do IC nº 00823.00007/2008, instaurado com o objetivo de apurar possível dano coletivo de consumo consistente na oferta não honrada de liberação de crédito mediante depósito de quantia em dinheiro.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de junho de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 336/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Fátima Goret Bastos da Silva, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis indeferiu a instauração de Inquérito

Civil, acerca da eventual irregularidade na prestação dos serviços de transporte escolar para a Escola João Otávio Nogueira Leiria, localizada no 2º Distrito de São Francisco de Assis. A respeito foi instaurado o expediente AT. nº 00881.00088/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de junho de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 337/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de situações envolvendo ocupações de áreas verdes e furto de água e energia elétrica que estariam ocorrendo no Bairro Dido em Santo Ângelo. A respeito foi instaurado o expediente RD. nº 00872.01004/2013.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de junho de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 338/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Santo Augusto indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de denúncia anônima noticiando gastos indevidos com diárias por Vereadores de Inhacorá, relativas à viagem com destino à Brasília, no período de 20/11/2012 a 23/11/2012. A respeito foi instaurado o expediente PA. nº 00876.00074/2012.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de junho de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 339/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca do procedimento administrativo permanente da Promotoria Regional de Educação de Santo Ângelo e Missões – com o fim da implantação da capa-



citação no programa “Vivendo Valores na Educação”. A respeito foi instaurado o expediente Pl. nº 01132.00003/2013.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de junho de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 340/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de possível irregularidade no concurso público de Auditor do Estado da Secretaria da Fazenda/Sefaz do Rio Grande do Sul – Edital 01/2013. A respeito foi instaurado o expediente RD. nº 00829.00208/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de junho de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 341/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Fernando Corrêa da Silveira, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí promoveu o arquivamento do IC nº 00783.00244/2013, instaurado com o objetivo de investigar a criação de pássaros silvestres, em cativeiro, sem autorização dos órgãos competentes, na Rua Garibaldi, nº 234, Bairro Vera Cruz, em Gravataí.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 24 de junho de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 281/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-

GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

PRORROGAR

- pelo período de um (01) ano, a contar de 05 de junho de 2014 até 04 de junho de 2015, a cedência do servidor ANTÔNIO JOÃO NOCCHI PARERA, Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3436071, que, conforme Portaria n.º 3395/2007, foi colocado à disposição do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, sem prejuízo de sua remuneração e demais vantagens inerentes ao respectivo cargo, mediante ressarcimento, ao órgão de origem, dos custos relativos à remuneração auferida pelo supracitado servidor, ficando suspenso o período de estágio probatório até o seu retorno às funções originais (PR.00956.00162/2008-3 - Port. 2056/2014).

- até 23 de maio de 2014, a Portaria 0845/2014, que autorizou o afastamento do servidor JOÃO HENRIQUE VENDRAMINI, Secretário de Diligências, ID n.º 3694968, a fim de participar do Curso de Formação Profissional da Academia Nacional da Polícia Rodoviária Federal, nos termos da Lei Estadual n. 12.262/05, e no artigo 64, inciso XII, da Lei n.º 10.098/94, sem ônus para o Ministério Público, mantida a contribuição para o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do Artigo 8º da Lei n. 7.672/82, combinado com o disposto na Lei n. 12.065/04 (PR.00788.00020/2014-5 - Port. 2078/2014).

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria n.º 1864/2014, que nomeou MATHEUS VINICIUS MENEGATTI DA COSTA, para exercer o cargo de Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe “R”, deste órgão (Port. 2058/2014).

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, DIANA RODRIGUES DA COSTA, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe “R”, em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o centésimo (100º) lugar na Lista de Classificação Geral Estadual, em face do esgotamento da Lista de Classificação da Região das Missões (Port. 2059/2014).

EXONERAR

- a pedido, a contar de 26 de junho de 2014, a servidora NIAIRA VELOSO GOMES, ID n.º 3884287, do cargo de Agente Administrativo, classe “M”, em virtude de posse em cargo público estadual (Port. 2045/2014).

- a servidora CAROLINA DO AMARAL REZENDE ESTEVES, ID n.º 3447600, do cargo em comissão de Assessor Especial I, CC-07, deste órgão (Port. 2094/2014).

NOMEAR E HABILITAR PARA POSSE

- CAROLINA DO AMARAL REZENDE ESTEVES, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 25% (vinte e cinco por cento), deste órgão (Port. 2095/2014).

ALTERAR

- o nome da servidora Priscila Vargas da Silva, para PRISCILA



VARGAS DA SILVA MOSCHETTA, em face da prova apresentada.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de junho de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
CO. 29491**

CONTRATADO: INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA – INGEPEP; **OBJETO**: Contratação do curso, in company, de “Condução de Processos Administrativos Disciplinares”, ministrado pela profissional Yara Beatriz de Oliveira, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas, para 35 (trinta e cinco) participantes, que ocorrerá na sede do CEAF, em Porto Alegre/RS, nos dias 25 e 26 de agosto de 2014; **VALOR TOTAL**: R\$ 14.050,00 (quatorze mil e cinquenta reais); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL**: art. 25, inciso II e § 1º c/c o art. 13 da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 23 de junho de 2014, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de junho de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULAS DOS TERMOS DE ACORDO PARA USO DE
VEÍCULO PARTICULAR**

PR.00001.01869/2013-7

PARTE: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e a Promotora de Justiça **Cíntia Foster de Almeida**, ID n.º 3437493; **OBJETO**: permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa IVN1720, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013; **DATA DE ASSINATURA**: 24 de junho de 2014.

PR.00001.00591/2013-8

PARTE: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o Promotor de Justiça **João Afonso Silva Beltrame**, ID n.º 3442276; **OBJETO**: permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa IVL3163, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013; **DATA DE ASSINATURA**: 24 de junho de 2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 24 de junho de 2014.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
PROCESSO 000307-09.00/14-5**

CONTRATADA: SENAC - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM E COMÉRCIO; **OBJETO**: Inscrição do servidor Potiberê Vieira de Carvalho no Módulo II do “Curso Técnico em Administração”, na modalidade EAD; **VALOR TOTAL**: R\$ 900,00 (novecentos reais); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL**: art. 25, caput, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 23 de junho de 2014, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de junho de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS
PROCESSO N.º 1504-09.00/12-4**

CONTRATADA: ECT – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS; **OBJETO**: prorrogação do contrato de prestação de serviços e venda de produtos - ECT/DR/RS n.º 9912294939, por mais 12 meses, a contar de 11 de junho de 2014; **VALOR TOTAL**: R\$ 825.000,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3929; **FUNDAMENTO LEGAL**: art. 57, inc. II, da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como cláusula sétima, item 7.1, do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de junho de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
CO 29552**

CONTRATADO: G.S. DOS REIS E CIA LTDA - PRISMA LUMINOSOS; **OBJETO**: contratação emergencial para aquisição de placas de iluminação de emergência; **VALOR TOTAL**: R\$ 4.661,60; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.30/3013; **FUNDAMENTO LEGAL**: artigo 24, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 20 de junho de 2014, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 24 de junho de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

Boletim N.º 15/2014 – CAOMA

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis:

IC 00941.00005/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco, em 11/06/2014, por Érico Fernando Barin, Promotor de Justiça, com a finalidade de (sigilo). Investigado: Norberto Dalla Libera.

IC 00949.00168/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, em 11/06/2014, por João Carlos de Azevedo Fraga, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar a realização de aterro com resíduos poluentes e resíduos sólidos da construção civil, sem licença. Investigados: Wolnei Henrique Brietzke e João Alberto Oliveira da Rosa.

IC 00949.00169/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, em 11/06/2014, por João Carlos de Azevedo Fraga, Promotor de Justiça com a finalidade de averiguar o comércio de vegetação nativa, sem autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Jose Jonatas Monteiro Pereira.

IC 00949.00170/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, em 11/06/2014, por João Carlos de Azevedo Fraga, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar o corte de vegetação, sem autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Cristiano Devens.

IC 00949.00171/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, em 11/06/2014, por João Carlos de Azevedo Fraga, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar o descarte de resíduos químicos em área verde no Município de Xangri-Lá. Investigado: Amadeu Paulo Silveira Souza.

IC 00952.00002/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Parobé, em 10/06/2014, por Ivanda Grapiglia Valiati, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar possível poluição sonora. Investigado: Igreja Assembleia de Deus.

IC 01129.00008/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Salto do Jacuí, em 04/06/2014, por Vanessa Casarin Schütz, Promotora de Justiça com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente do não tratamento do esgoto doméstico sendo descarregado diretamente em um riacho situado na Estação de Tratamento de Esgoto. Investigado: Município de Salto do Jacuí.

IC 01212.00009/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Osório, em 06/06/2014, por Leonardo Chim Lopes, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar possível dano ambiental e/ou garantir o direito ao acesso às Lagoas da Pinguela e do Palmital. Investigado: Ramão Ronaldo Lanus.

IC 01223.00027/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, em 09/06/2014, por Sérgio Cunha de Aguiar Filho, Promotor de Justiça, com a finalidade de apu-

rar dano ambiental decorrente do corte seletivo de árvores nativas, inclusive em área de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Walter Luiz Seger.

IC 01223.00029/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, em 09/06/2014, por Sérgio Cunha de Aguiar Filho, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar dano consistente no funcionamento de oficina mecânica de chapeamento e pintura de veículos automotores no Município de Santiago, sem a devida licença ou autorização expedida pelo órgão ambiental competente. Investigados: Ederson Adriano Hanau e Chapeamento e Pintura Autorrenovadora MWM.

IC 01234.00019/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento, em 04/06/2014, por Fernanda Broll Carvalho, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar o depósito e venda de gás de cozinha, sem licença ambiental. Investigados: Silvio Lindomar Espinosa da Silva e Emilio Ernesto Piñeyro Lemos.

IC 01234.00018/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento, em 04/06/2014, por Fernanda Broll Carvalho, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar dano ambiental causado pela reforma em taipa de barragem, sem licença ambiental. Investigado: Jose Benjamim Dambros.

IC 01234.00020/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento, em 04/06/2014, por Fernanda Broll Carvalho, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar o escoamento de esgoto a céu aberto em terreno do Departamento de Água e Esgotos – DAE. Investigado: Departamento de Água e Esgotos de Santana do Livramento – DAE.

IC 01234.00023/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento, em 05/06/2014, por Fernanda Broll Carvalho, Promotora de Justiça com a finalidade de averiguar os fatos relativos ao funcionamento do Posto de Combustível Staevie & Cia Ltda., em desacordo com a licença de operação ambiental e sem manifesto de transporte de resíduos. Investigado: Stavie e Cia Ltda.

IC 01234.00024/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento, em 05/06/2014, por Fernanda Broll Carvalho, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar os fatos relativos à prática de caça de animais silvestres (duas capivaras e duas mulitas). Investigado: Laci Pedro da Silva Pinto.

IC 01234.00028/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento, em 06/06/2014, por Fernanda Broll Carvalho, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar os fatos relativos à caça e transporte de animais da fauna silvestre, sem licença do órgão ambiental competente. Investigado: Osvaldo Junior Picanco Mello.

IC 01234.00029/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento, em 06/06/2014, por Fernanda Broll Carvalho, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar os fatos relativos ao depósito de pneus e carcaças de veículos abandonadas a céu aberto, sem licença do órgão ambiental competente. Investigado: Lira Silvana Nicolau Nicolas.

IC 01234.00030/2014 instaurado na Promotoria de Justiça



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 26 de junho de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1455

Especializada de Santana do Livramento, em 06/06/2014, por Fernanda Broll Carvalho, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar os fatos relativos a depósito irregular de resíduos sólidos a céu aberto, próximo ao Arroio Carolina, para onde deságua todo o chorume; instalação de um poço artesiano sem outorga de uso de água; depósito de galões de óleo a céu aberto; construção de charquearia sem licença, com destino de descarte para o Arroio Carolina. Investigado: Righi Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda.

IC 01234.00031/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento, em 06/06/2014, por Fernanda Broll Carvalho, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar os fatos relativos à pesca predatória com petrechos proibidos, sem possuir autorização do órgão ambiental competente. Investigados: Edson de Castro Godoy, Rociir Atanagildo Cardoso Samboray e Luis Evonir Brasil de Castro.

IC 00747.00011/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Catuípe, em 02/06/2014, por Nilton Kasctin dos Santos, Promotor de Justiça, com a finalidade de dano ambiental decorrente de desvio de curso d'água, sem autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Lodimar Lunardi. Local do dano: Monte Alegre, interior de Catuípe.

IC 00748.00109/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, em 05/06/2014, por Janaina de Carli dos Santos, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar possíveis danos ambientais causados por atividade potencialmente poluidora sem licença ambiental. Investigado: Edson Correia Mignoni.

IC 00748.00110/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, em 09/06/2014, por Janaina de Carli dos Santos, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar atividade potencialmente poluidora sem licença de operação. Investigado: Fundação Forqueta.

IC 00748.00112/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, em 09/06/2014, por Janaina de Carli dos Santos, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar descumprimento de itens da licença de operação para a atividade de avicultura. Investigado: Ademir Pedroni.

PI 00761.00005/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul, em 11/06/2014, por Débora Jaeger Becker, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na concessão de licença para extração de areia e cascalho no Rio Camaquã. Investigado: Município de Encruzilhada do Sul.

IC 00762.00080/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, em 13/06/2014, por Diego Pessi, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar a poluição devido à queima de resíduos a céu aberto, fato constatado no dia 29 de maio de 2014. Investigado: Kral Equipamento para Ind. da Alimentação Ltda.

IC 00768.00011/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Esteio, em 12/06/2014, por André de Azevedo Coelho, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental em razão de poluição sonora causada pelos moradores da Rua Cel. Theodomiro Porto da Fonseca, Bairro São Sebastião, conforme abaixo assinado.

IC 00768.00012/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Esteio, em 14/06/2014, por André de Azevedo Coelho, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental de poluição atmosférica e exercício de atividade potencialmente lesiva a interesses coletivos à revelia das licenças administrativas necessárias. Investigado: Bener & Ribeiro Comércio de Lanches LTDA.

IC 00780.00055/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, em 10/06/2014, por Adriano Luis de Araujo, Promotor de Justiça, com a finalidade de eventual ocorrência de ato lesivo ao meio ambiente e à saúde coletiva, em decorrência da criação de animais em área de propriedade da CORSAN onde há um poço de captação de água. Investigados: CORSAN e Pedro Serrão.

IC 00781.00003/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Giruá, em 09/06/2014, por Ana Paula Mantay, Promotora de Justiça, com a finalidade de fiscalizar o cumprimento do termo de ajustamento de conduta firmado. Investigado: Valni Izolan de Mello.

IC 00781.00004/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Giruá, em 11/06/2014, por Ana Paula Mantay, Promotora de Justiça, com a finalidade de fiscalizar o termo de ajustamento de conduta, visando à recuperação da mata ciliar do Rio Giruazinho em áreas localizadas no município de Giruá. Investigados: Vital Wojciechowski e Argemiro Antunes Veiga.

IC 00781.00005/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Giruá, em 12/06/2014, por Ana Paula Mantay, Promotora de Justiça, com a finalidade de fiscalizar o cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta firmados com os proprietários de áreas irregulares, nas margens do Rio Santo Cristo. Investigados: Osvaldo Leandro Menegazzi e João Wiatrowski.

IC 00781.00006/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Giruá, em 13/06/2014, por Ana Paula Mantay, Promotora de Justiça, com a finalidade de fiscalizar o TAC, visando à recuperação da mata ciliar do Rio Giruazinho, em áreas localizadas no município de Senador Salgado Filho - RS. Investigado: Ademar Blanke.

IC 00783.00059/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, em 09/06/2014, por Daniel Martini, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar realização de eventos potencialmente poluidores, sem licença. Investigado: a apurar.

IC 00783.00060/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, em 09/06/2014, por Daniel Martini, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar possível dano ambiental pelo descarte irregular de resíduos sólidos em desconformidade com a LO nº 63/2010, pela Usina de Reciclagem da Prefeitura Municipal de Gravataí. Investigado: Prefeitura Municipal de Gravataí.

IC 00783.00062/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, em 09/06/2014, por Daniel Martini, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar a manutenção de animais de grande porte em área urbana, causando incômodo à comunidade. Investigado: Centro de Tradições Gaúchas Pialo da Saudade.

IC 00783.00065/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, em 09/06/2014, por Daniel Martini, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar pesca irregu-



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 26 de junho de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1455

lar em Área de Preservação Ambiental - APA do Banhado Grande do Rio Gravataí. Investigado: Luis Fernando Carvalho Cabral.

IC 00783.00065/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, em 09/06/2014, por Daniel Martin, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar pesca irregular em Área de Preservação Ambiental - APA do Banhado Grande do Rio Gravataí. Investigado: Luis Fernando Carvalho Cabral.

IC 00783.00066/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, em 12/06/2014, por Daniel Martini, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar eventual funcionamento irregular de atividades de desmontagem de veículos automotores terrestres, de acordo com a Lei 12977/2014 em Gravataí. Investigado: CM Rodrigues Comércio de Veículos, Peças, e Acessórios - Multi Peças.

IC 00783.00067/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, em 12/06/2014, por Daniel Martini, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar eventual funcionamento irregular de atividades de desmontagem de veículos automotores terrestres, de acordo com a Lei 12977/2014 em Gravataí. Investigado: Sulkako Auto Demolidora.

IC 00783.00068/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, em 12/06/2014, por Daniel Martini, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar eventual funcionamento irregular de atividades de desmontagem de veículos automotores terrestres, de acordo com a Lei 12977/2014 em Gravataí. Investigado: Auto Peças Gaúcha - Alessandro Marques Bitencourt.

IC 00783.00070/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, em 12/06/2014, por Daniel Martini, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar eventual funcionamento irregular de atividades de desmontagem de veículos automotores terrestres, de acordo com a Lei 12977/2014 em Gravataí. Investigado: Ponto Peças - Jean Carlos Kviaskas.

IC 00783.00071/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, em 12/06/2014, por Daniel Martini, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar criação irregular de pássaros silvestres sem autorização dos órgãos competentes. Investigado: Luiz Eduardo Freitas Pissoni.

IC 00788.00059/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Guaporé, em 16/06/2014, por Cláudio da Silva Leiria, Promotor de Justiça, com a finalidade de. Investigado: Aurio Tiago Tauffer.

IC 00788.00060/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Guaporé, em 16/06/2014, por Cláudio da Silva Leiria, Promotor de Justiça, com a finalidade de. Investigado: Valdir Chiodi.

IC 00794.00038/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, em 10/06/2014, por Diolinda Kurrle Hannusch, Promotora de Justiça, com a finalidade de avaliação e reparação do dano ambiental decorrente da supressão da vegetação nativa sem licença do órgão ambiental competente, fora de Área de Preservação Permanente, e extração de recursos minerais (cascalho) sem licença do órgão ambiental. Investigado: Gilmar Szubert.

IC 00794.00040/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, em 10/06/2014, por Diolinda Kurrle Hannusch, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar reparação

do dano ambiental decorrente da manutenção em cativeiro de animal silvestre, sem licença do órgão ambiental. Investigado: Nardeli Mauri Uhde.

IC 00794.00041/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, em 10/06/2014, por Diolinda Kurrle Hannusch, Promotora de Justiça, com a finalidade de valoração e reparação do dano ambiental decorrente da supressão de vegetação nativa integrante do "Bioma Mata Atlântica", fora da Área de Preservação Permanente. Investigado: Marcos Costa Beber.

IC 00794.00042/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, em 11/06/2014, por Diolinda Kurrle Hannusch, Promotora de Justiça, com a finalidade de valoração e reparação do dano ambiental decorrente da supressão de quinze árvores nativas integrantes do "Bioma Mata Atlântica" fora de Área de Preservação Permanente em desacordo com a licença ambiental. Investigados: Kolimax Administradora de Bens Ltda., Marco Aurélio Marques Oliveski e Patrícia Marques Oliveski.

IC 00800.00004/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos, em 13/06/2014, por Theodoro Alexandre da Silva Silveira, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar a criação e a implementação do plano municipal de saneamento básico e de gestão integrada de resíduos sólidos. Requerente: Sérgio Martins de Souza Queiroz. Investigado: Município de Pinhal Grande.

IC 00802.00049/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado, em 13/06/2014, por Sérgio da Fonseca Diefenbach, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar a Manutenção de Canil, Sem Licença. Investigado: Laudenor Zanatta e Lucia Zanatta.

IC 00811.00009/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Nonoai, em 09/06/2014, por Guilherme Martins de Martins, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar alvará de licenciamento ilegal e corte de árvores nativas em período defeso. Investigado: Hermínio Colussi e José Carlos Pires Moreira.

IC 00814.00044/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, em 06/06/2014, por Sandro de Souza Ferreira, Promotor de Justiça, com a finalidade de (sigilo).

IC 00820.00151/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo, em 19/03/2014, por Paulo da Silva Cirne, Promotor de Justiça, com a finalidade de prática de agressão à flora, exercício irregular de atividade, depósito e comércio de lenha. Investigado: Paulino Lara Ferreira.

IC 00820.00186/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo, em 27/05/2014, por Paulo da Silva Cirne, Promotor de Justiça, com a finalidade de prática de deposição irregular de resíduos. Investigado: Química Dy Vitória Ltda, Marmoraria Soledade Ltda, Azevedo e Salomão Empreendimentos Imobiliários Ltda e Anderson de Azevedo Salomão.

PI 00852.00047/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, em 10/06/2014, por José Alexandre da Silva Zachia Alan, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar possível ilícito ambiental ou contra a ordem urbanística em terreno localizado no Corredor São Pedro - Quinta. Investigado: a definir.



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 26 de junho de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1455

IC 00861.00037/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, em 09/06/2014, por Simone Spadari, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar dano ambiental pela extração de basalto, sem licença ambiental, no Município de Passo do Sobrado. Investigado: Ivo Jose Mayer.

IC 00881.00008/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, em 05/06/2014, por Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar a prática de atividade potencialmente poluidora extração de areia em desacordo com licença de operação. Investigada: Areeira Zocolotto e Correa Ltda.

IC 00881.00009/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, em 05/06/2014, por Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar a prática de dano em vegetação objeto de especial preservação, sem licença de órgão ambiental competente, consistente no corte e dano em árvore da espécie figueira. Investigada: Paula Giovana Padilha.

IC 00881.00005/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, em 29/05/2014, por Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar a prática de pesca com utilização de equipamentos e petrechos não permitidos e sem licença do órgão ambiental competente. Investigados: Edson Tavares da Rosa, Clovis Gilberto da Silva Pippi, Domingos Antonio Bech e John Wayne dos Santos Moreira.

IC 00881.00006/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, em 30/05/2014, por Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar a prática de atividade potencialmente poluidora, em área de preservação permanente, sem licença do órgão ambiental competente, consistente na abertura de valo para drenagem e supressão de vegetação nativa. Investigado: Prefeitura Municipal de Manoel Viana/RS.

IC 00881.00010/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, em 06/06/2014, por Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar a prática de atividade potencialmente poluidora, consistente na manutenção de engenho de secagem de grãos, sem licença do órgão ambiental competente e sem outorga para uso de água, bem como depósito irregular de resíduos sólidos. Investigado: José Oli Valvassori Colpo.

IC 00893.00024/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul, em 09/06/2014, por Gabriela Monteiro, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar possível funcionamento irregular da COOPESCA Ltda - Cooperativa dos Pescadores Artesanais Pérola da Lagoa, em razão de operar em desacordo com a licença de operação e sem alvará do Corpo de Bombeiros. Investigados: COOPESCA LTDA - Cooperativa dos Pescadores Artesanais Pérola da Lagoa e Clodoaldo de Freitas Vargas.

IC 00893.00023/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul, em 09/06/2014, por Gabriela Monteiro, Promotora de Justiça, com a finalidade de (sigilo). Investigados: Diego Sampaio Wasckow, Emak Esquadrias de Madeiras e Alumínio.

IC 00893.00022/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de

São Lourenço do Sul, em 09/06/2014, por Gabriela Monteiro, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar possível supressão irregular de flora nativa sem licença ambiental. Investigado: Ervedo Bergmann.

IC 00893.00021/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul, em 03/06/2014, por Gabriela Monteiro, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar possível abate irregular de bovinos, sem licença ambiental e sem PPCI (Plano de Prevenção e Combate a Incêndio). Investigado: Otto Karnopp.

IC 00893.00020/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul, em 03/06/2014, por Gabriela Monteiro Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar possível abate irregular de bovinos, sem licença ambiental e sem PPCI (Plano de Prevenção e Combate a Incêndio). Investigado: Valter Kruger.

IC 00893.00019/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul, em 03/06/2014, por Gabriela Monteiro, Promotora de Justiça com a finalidade de apurar possíveis irregularidades consistentes no desenvolvimento de atividades em desacordo com os termos da Licença de Operação, itens 2.3, 2.5, 2.6, 3.3, 6.1 e 6.10, conforme relatório elaborado pelo 1º BABM - 3ª CIA - 1º Pelotão. Investigado: Luiz Roberto Saalfeld.

IC 00893.00018/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul, em 03/06/2014, por Gabriela Monteiro, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar possível abate irregular de bovinos, sem licença ambiental e sem PPCI (Plano de Prevenção e Combate a Incêndio). Investigado: Sidnei Souza leque.

IC 00893.00017/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul, em 03/06/2014, por Gabriela Monteiro, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar possível abate irregular de suínos, sem licença ambiental e sem PPCI (Plano de Prevenção e Combate a Incêndio). Investigada: Vera Lucia Klein Iahnke.

IC 00894.00002/2014 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga, em 05/06/2014, por Dinamácia Maciel de Oliveira, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar, dimensionar, valorar, recompensar, reparar e/ou indenizar eventuais danos ambientais decorrentes da intervenção humana em APP de área rural do investigado, mediante licenciamento ambiental concedido pelo investigado município de Caibaté, através do órgão ambiental da prefeitura municipal. Investigados: Anderson Marques dos Santos e Município de Caibaté/RS, representado pela Prefeitura Municipal de Caibaté.

IC 00897.00017/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul, em 30/05/2014, por Rosimari Meller Antonello, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar possíveis danos ambientais decorrentes da existência de "esgoto de fossa a céu aberto". Investigado: Município de Toropi.

IC 00901.00014/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Sapiranga, em 10/06/2014, por Mariana de Azambuja Pires, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar poluição sonora causada por estabelecimento comercial (oficina mecânica). Investigado: Mecânica Auto Centro.

IC 00910.00013/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de



Tapes, em 09/06/2014, por Daniel Soares Indrusiak, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar dano ambiental praticado, pela negligência do Município de Tapes e pela ação da munícipe Cátia Simone Nascimento da Silva, consistente na (permissão da) construção em área de preservação permanente, sem licença dos órgãos ambientais competentes. Investigado(s): Catia Simone Nascimento da Silva e Município de Tapes.

PI 00910.00020/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Tapes, em 03/05/2013, por Carla Pereira Rêgo Flôres Soares, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar dano ambiental praticado, pela negligência do Município de Tapes e pela ação da munícipe Cátia Simone Nascimento da Silva, consistente na (permissão da) construção em área de preservação permanente, sem licença dos órgãos ambientais competentes, ocorrido na cidade de Tapes. Investigados: Cátia Simone Nascimento da Silva e Município de Tapes.

IC 00910.00012/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Tapes, em 03/06/2014, por Daniel Soares Indrusiak, Promotor de Justiça, com a finalidade de denúncia de dano ambiental na atividade de oleria e desacordo com licença ambiental do órgão competente, face à existência lesiva ao meio ambiente. Investigado: Ronaldo Irineu Kramm.

IC 00914.00056/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Torres, em 03/06/2014, por Márcio Roberto Silva de Carvalho, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar depósito de resíduos sólidos diversos depositados a céu aberto e diretamente no solo, sem qualquer licenciamento. Investigado: Jaime Luis da Silva Escobar.

IC 00914.00058/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Torres, em 09/06/2014, por Márcio Roberto Silva de Carvalho, Promotor de Justiça, com a finalidade de verificar a ocorrência de infração à legislação ambiental referente ao excesso de níveis de ruídos decorrentes dos eventos Beach Folia Torres e Folia de Rua, com relevante perturbação dos moradores residentes nas proximidades dos eventos. Investigados: Município de Torres e Associação Carnavalesca de Torres.

IC 00915.00104/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Tramandaí, em 13/06/2014, por Antonio Metzger Képes, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar denúncia da PATRAM de uso indevido de motosserra. Investigado: Guaraci Jacques de Souza.

IC 00924.00054/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, em 10/06/2014, por Luis Augusto Gonçalves Costa, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar eventual ocorrência de dano ambiental consistente; no corte de 86 (oitenta e seis) árvores nativas folhosas, perfazendo um volume de 23,22m³ (vinte três vírgula vinte e dois metros cúbicos); no anelamento de 70 (setenta) pinheiros da espécie Araucária Angustifólia, perfazendo um volume de 52,01m³ (cinquenta e dois vírgula zero metros cúbicos), tudo fora de área de preservação permanente e sem autorização dos órgãos ambientais competentes. Investigado: Pedro Rubeni Ricardo da Silva.

IC 00924.00055/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, em 12/06/2014, por Luis Augusto Gonçalves Costa, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar eventual ocorrência de dano ambiental consistente no

corte de 01 (um) pinheiro da espécie Araucária angustifólia, perfazendo um volume de 5,59m³ (cinco vírgula cinquenta e nove metros cúbicos), fora de área de preservação permanente e sem autorização dos órgãos ambientais competentes. Investigado: João Rubens da Costa.

IC 00928.00010/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Vera Cruz, em 16/06/2014, por Maria Fernanda Cassol Moreira, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar suposto dano ambiental, consistente em corte de mata nativa. Investigado: Roberto Wanderlei Hoff.

IC 00929.00015/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Veranópolis, em 11/06/2014, por Lucio Flavo Miotto, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar supressão de vegetação nativa no Bioma Mata Atlântica, em desacordo com a norma legal vigente. Investigado: Andrei Lazzarini.

IC 00929.00016/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Veranópolis, em 11/06/2014, por Lucio Flavo Miotto, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar improbidade administrativa consistente na expedição de Alvará Florestal em desacordo com as normas ambientais vigentes. Investigados: José Carlos Breda e Bruna Treviso Cenci.

IC 00929.00017/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Veranópolis, em 11/06/2014, por Lucio Flavo Miotto, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar, em tese, irregularidade na tramitação de processo administrativo, referente a dano ambiental praticado por Rubens Caglioni. Investigado: Município de Veranópolis.

IC 00929.00019/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Veranópolis, em 13/06/2014, por Lucio Flavo Miotto, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar supressão de vegetação nativa em estágios inicial e médio de regeneração. Investigado: Santo Hilário Cortelini.

PI 00930.00020/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Viamão, em 11/06/2014, por Anelise Grehs Stifelman, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar dano ambiental decorrente de escoamento de efluentes pluviais oriundo de viveiros de peixes supostamente não licenciados pelo órgão ambiental competente. Investigado: Proprietário do imóvel identificado como Alfeu.

IC 00930.00001/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Viamão, em 10/06/2014, por Anelise Grehs Stifelman, Promotora de Justiça, com a finalidade de desmembramento clandestino, em descumprimento ao art.37 c/c o art.2º, ambos da Lei 6.766/79. Investigados: Valdevino Geraldo Fraga e Município de Viamão.

IC 00935.00013/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada, em 13/06/2014, por Rochelle Danusa Jelinek, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar poluição sonora causada por frequentadores do estabelecimento Horn Comércio de Combustíveis e da Loja Confraria Conveniências. Investigado: F. Bonnes ME, Horn Comércio de Combustíveis Ltda.

IC 00937.00004/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Augusto Pestana, em 11/06/2014, por Tânia Maria Schneider Cavalini, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar o dano ambiental consistente em executar atividade em área de preservação permanente, sem licença ou autorização do Órgão Ambiental Competente. O dano ambiental ocorreu na



Localidade de Assentamento Botão de Ouro, interior do Município de Jóia/RS. Investigado: Idemar Soldera.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 24 de junho de 2014.

CARLOS ROBERTO LIMA PAGANELLA,

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM Nº 21/2014 – CAOURB

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que foram instaurados os seguintes expedientes investigativos:

1) Inquérito Civil nº 00938.00002/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Butiá por Márcia Regina Nunes Villanova Promotora de Justiça, com a finalidade de: Sigilo, tendo como investigado: Salão Prenda Minha, na cidade de Butiá.

2) Inquérito Civil nº 00799.00010/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Jaguarí, por Rosângela Corrêa da Rosa Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades/omissões na manutenção de estrutura predial existente em perímetro urbano, tendo como investigados: Jaguarí Arroz LTDA e o Município de Jaguarí, na cidade de Jaguarí.

3) Inquérito Civil nº 00861.00039/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul por Simone Spadari 2ª Promotora de Justiça, com a finalidade de verificar a regularização do estabelecimento Spirit Eventos LTDA, no processo de obtenção do Projeto de Prevenção e Proteção contra Incêndio, tendo como investigado Spirit Eventos LTDA, na cidade de Santa Cruz do Sul.

4) Inquérito Civil nº 00914.00063/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Torres, por Márcio Roberto Silva de Carvalho 2º Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar a ocorrência de alagamentos entorno do loteamento Morada das Palmeiras em face de possíveis irregularidades na execução do respectivo projeto, tendo como investigados: Danilo Santos Quartiero e o município de Torres na cidade de São Borja.

5) Inquérito Civil nº 00861.00040/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz por Simone Spadari, 2ª Promotora de Justiça, com a finalidade de verificar a regularização do empreendimento West Country Bar, no processo de obtenção do Projeto de Prevenção e Proteção contra Incêndio, tendo como investigado West Country Bar, na cidade de Santa Cruz.

6) Inquérito Civil nº 00823.00007/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Pedro Osório por Luana Rocha Ribeiro Moreira Promotora de Justiça, com a finalidade de elaboração de lei de diretrizes gerais de ocupação do território, em substituição à Lei Municipal 2.475/2009, declarada inconstitucional por meio da ADIN nº 70049263536, tendo como investigado O

Município de Pedro Osório, na cidade de Pedro Osório.

7) Inquérito Civil nº 00728.00013/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul por Marcela Romera Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar omissão e responsabilização do Município de Cachoeira do Sul pela falta de pavimentação ou iniciativas correlatas de tutela urbanística junto à Ruia João Batista Betat, Bairro Quinta da Boa Vista, tendo como investigado Município de Cachoeira do Sul, na cidade de Cachoeira do Sul.

8) Inquérito Civil nº 00878.00055/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de São Borja por Mateus Stocchetti de Abreu Promotor de Justiça, com a finalidade de Investigar a falta de PPCI, tendo como investigado Fundação Atila Tabora (Avenida Tancredo Neves, nº 210), na cidade de São Borja.

9) Inquérito Civil nº 00878.00054/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de São Borja por Cinthia Menezes Rangel Promotora de Justiça, com a finalidade de Investigar a falta de PPCI, tendo como investigado Rei Bar (Av. Marinha do Brasil, nº 209), na cidade de São Borja.

10) Inquérito Civil nº 00878.00053/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de São Borja por Cinthia Menezes Rangel Promotora de Justiça, com a finalidade de Investigar a falta de PPCI, tendo como investigado Restaurante Teixeira (Av. Marinha do Brasil, nº 1401), na cidade de São Borja.

11) Inquérito Civil nº 00878.00052/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de São Borja por Cinthia Menezes Rangel Promotora de Justiça, com a finalidade de Investigar a falta de PPCI, tendo como investigado Bar da Tia Lourdes (Av. Marinha do Brasil, nº 150), na cidade de São Borja.

12) Inquérito Civil nº 00878.00034/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de São Borja por Cinthia Menezes Rangel Promotora de Justiça, com a finalidade de Investigar a falta de PPCI, tendo como investigado Janaina da Silva Ávila - Boate Drinks Bar (Av. Leonel Brizola), na cidade de São Borja.

13) Inquérito Civil nº 00878.00049/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de São Borja por Cinthia Menezes Rangel Promotora de Justiça, com a finalidade de Investigar a falta de PPCI, tendo como investigado Boate Night Club Delirius (Avenida Tancredo Neves, nº 1421), na cidade de São Borja.

14) Inquérito Civil nº 00878.00045/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de São Borja por Cinthia Menezes Rangel Promotora de Justiça, com a finalidade de Investigar a falta de PPCI, tendo como investigado Clube Fraternidade (Av. Francisco Miranda, nº 145), na cidade de São Borja.

15) Inquérito Civil nº 00878.00046/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de São Borja por Cinthia Menezes Rangel Promotora de Justiça, com a finalidade de Investigar a falta de PPCI, tendo como investigado Clube Recreativo Esperança (Rua Olinto Aramy Silva, nº 804), na cidade de São Borja.

16) Inquérito Civil nº 00878.00050/2014 instaurado na Pro-



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 26 de junho de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1455

motoria de Justiça Especializada de São Borja por Cinthia Menezes Rangel Promotora de Justiça, com a finalidade de Investigar a falta de PPCI, tendo como investigado Maria Cristina Oliveira Sloma – Boate Boate (Rua Candido Falcão, nº 80), na cidade de São Borja.

17) Inquérito Civil nº 00878.00036/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de São Borja por Cinthia Menezes Rangel Promotora de Justiça, com a finalidade de Investigar a falta de PPCI, tendo como investigado Boate Wisqueria Chacrinha (Av. Leonel Brizola, nº 210), na cidade de São Borja.

18) Inquérito Civil nº 00878.00037/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de São Borja por Cinthia Menezes Rangel Promotora de Justiça, com a finalidade de Investigar a falta de PPCI, tendo como investigado Ieda Souza Lago Robalo – Hotel (Av. Leonel Brizola, nº 453), na cidade de São Borja.

19) Inquérito Civil nº 00878.00047/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de São Borja por Cinthia Menezes Rangel Promotora de Justiça, com a finalidade de Investigar a falta de PPCI, tendo como investigado Iate Clube Bernardo Ferreira (Rua Almirante Tamandaré, nº 04), na cidade de São Borja.

20) Inquérito Civil nº 00878.00044/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de São Borja por Cinthia Menezes Rangel Promotora de Justiça, com a finalidade de Investigar a falta de PPCI, tendo como investigado Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação (Rua Henrique Dias, nº 2051), na cidade de São Borja.

21) Inquérito Civil nº 00878.00041/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de São Borja por Cinthia Menezes Rangel Promotora de Justiça, com a finalidade de Investigar a falta de PPCI, tendo como investigado Pizzaria Rio (Av. Julio Tróis, nº 531), na cidade de São Borja.

22) Inquérito Civil nº 00878.00042/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de São Borja por Cinthia Menezes Rangel Promotora de Justiça, com a finalidade de Investigar a falta de PPCI, tendo como investigado 9ª Igreja do Evangelho Quadrangular (Rua Floriano Peixoto, nº 2068), na cidade de São Borja.

23) Inquérito Civil nº 00878.00043/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de São Borja por Cinthia Menezes Rangel Promotora de Justiça, com a finalidade de Investigar a falta de PPCI, tendo como investigado Piquete Marca de Casco (Rua Henrique Dias, nº 2051), na cidade de São Borja.

24) Inquérito Civil nº 01233.00006/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Ivoti por Charles Emil Machado Martins Promotor de Justiça, com a finalidade de: Sigiloso, tendo como investigado Município de Ivoti, na cidade de Ivoti.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 24 de junho de 2014.

DÉBORA REGINA MENEGAT,

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAIS

FAÇO PÚBLICO, CUMPRINDO DETERMINAÇÃO DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em conformidade com o que dispõe o artigo 15, § 2º, combinado com o artigo 62, ambos da Lei n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e o Provimento n.º 08/2002, publicado no Diário Oficial da Justiça de 19 de fevereiro de 2002, que se encontram vagos os cargos abaixo elencados, na forma de provimento e critério abaixo relacionados:

EDITAL	FORMA DE PROVIMENTO	CRITÉRIO	CARGO
128/2014	Remoção	Merecimento	5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre , de entrância final.
129/2014	Remoção	Antiguidade	6º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre , de entrância final.
130/2014	Remoção	Merecimento	7º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre , de entrância final.

OS PROMOTORES DE JUSTIÇA interessados têm o prazo de 10 (dez) dias, computados na forma do artigo 3º, § 1º, do Provimento n.º 33/2008, para manifestarem interesse na habilitação.

Havendo, ainda, o interesse em exercer a opção para que a promoção se efetive na comarca em que são titulares, conforme faculta o art. 4º da Lei n.º 13.208/2009, esta deverá constar no pedido de habilitação, em razão de que os presentes editais contemplarão a possibilidade de realização de promoções sucessivas, na qual a vaga não provida em razão da opção, retornará para apreciação em ulterior rodada, seguindo-se o critério de forma alternada e aproveitando-se o mesmo edital e a mesma sessão de julgamento do



Conselho Superior do Ministério Público, até o efetivo provimento do cargo por promoção.

O prazo de desistência encerra-se dois dias úteis após o prazo de habilitação, nos termos da Súmula nº 22 do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de junho de 2014.

MARÍLIA COHEN GOLDMAN,

Promotora-Assessora.

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES PARA O QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CURSO SUPERIOR – DIREITO

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E DIVULGAÇÃO LOCAL DE PROVA

EDITAL 02/2014 – VERANÓPOLIS

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VERANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe é conferida pelo Provimento nº 66/2011-PGJ-RS, e com base no Regulamento do Programa de Estágios do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, resolve:

I - TORNAR PÚBLICA a homologação das inscrições para o processo seletivo de estagiário de nível superior do curso de Direito para atuarem na **Promotoria de Justiça de Veranópolis**, conforme Anexo I.

II – DIVULGAR informações referentes à realização da Prova, conforme segue:

a) Data: 26/06/2014;

b) Local: Sede da Promotoria de Justiça de Veranópolis, sito na Rua Frei Ignácio Curtarelli, 52, Bairro São Peregrino, Veranópolis, RS.

c) Horário de Realização: das 14 horas às 15h30min;

d) Documentação necessária: comprovante de inscrição, documento oficial de identidade com foto e caneta esferográfica de tinta preta ou azul.

Obs.: o candidato deverá chegar 15 minutos antes do início da realização da prova.

III – RESSALTAR que durante a realização das provas não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, mp3 player, ipod, ipad ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

Veranópolis, 23 de junho de 2014.

LUCIO FLAVO MIOTTO,
Promotor de Justiça.

ANEXO I

INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

NOME DO CANDIDATO	Nº DE INSCRIÇÃO
Matheus Silva Mendes	01
Taís Antunes Martinez	02
Deisson Scalco	03
Miguel Perin de Figueiredo	04
Suelen Faganello	05
Suelen Giacomini Bavaresco	06

INSCRIÇÕES NÃO HOMOLOGADAS NÃO HOUVE.